FUNCIONÁRIO PÚBLICO — APOSENTADORIA — REVERSÃO

— O direito a reversão, com base na Lei n.º 171, de 1947, caduca com o decurso do prazo nela fixado.

— A aposentadoria decretada por motivo disciplinar, de acôrdo com o antigo Estatuto dos Funcionários, sem processo administrativo, não enseja a revisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 11.106-58

No presente processo, Ernesto de Abreu Sardinha, aposentado no cargo de Carteiro, classe "D", do Departamento dos Correios e Telégrafos, de acôrdo com o art. 197, letra a, do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939 (antigo Estatuto dos Funcionários), pleiteia revisão do processo

administrativo a que respondeu, por abandono de emprêgo, e do qual, no seu entender, teria resultado sua aposentadoria.

2. Conforme está mais de uma vez assinalado no processo (fls. 196 e 198), o requerente decaiu da faculdade que lhe assegurava a Lei n.º 171, de 15 de dezembro de 1947, de reverter ao serviço público, independentemente de qualquer formalidade, eis que deixou de apresentar requerimento no prazo de noventa (90) dias, contado da publicação da referida lei. Ao contrário, como mais adiante se verá, o requerente até demonstrou interêsse em permanecer inativo.

3. Nada obstante, sentindo a inutilidade de seus esforços no sentido de obter melhoria de proventos, procura, desta feita, estabelecer inaceitável conexão entre o ato de sua aposentadoria e o referido inquérito, para obter, com apoio no art. 233 do Estatuto dos Funcionários, anulação de ato juridicamente perfeito e acabado e contra o qual nada se pode alegar.

4. Convém, entretanto, apresentar aqui um relato dos acontecimentos, para que melhor se compreenda o verdadeiro sentido dos requerimentos de fls. 186 e 202, nos quais está contida a pretensão em causa.

5. Conforme se vê, claramente, das diversas comunicações e procedimentos de fls. 2 a 146, entre os quais o processo administrativo, cuja revisão se pede desde 1938, o requerente quando ainda no exercício das funções de Carteiro, se tornara faltoso habitual ao serviço, havendo ocasiões em que chegava a passar, praticamente, três (3) meses sem comparecer à repartição, e sem ao menos enviar um comunicado, justificando essa atitude.

6. Várias vezes citado por edital, quer no correr do inquérito, quer fora dêle, a nenhum dêles atendeu, perdendo, inclusive, o prazo para apresentação de defesa. Todavia, quando já a Comissão de Inquérito havia proposto sua demissão por abandono, apresentou o requerimento de fls. 36, acompanhado de atestado

(fls. 37), dizendo-se impossibilitado de locomover-se.

7. Sumetido à inspeção de saúde (fls. 100), a Seção de Assistência Social do Departamento julgou-o em condições de reassumir o exercício de suas funções, recebendo, em consequência, determinação nesse sentido (fl. 100 verso). Não se cumpriu, portanto, o que sugerira a Comissão de Inquérito (o parecer desta é de 14 de abril de 1939, reafirmado em 30 de maio de 1939, e a ordem de retorno à função é de 3 de abril de 1941).

8. Todavia, o requerente continuou a faltar ao serviço, o que motivou o ofício de fls. 134, datado de 29 de novembro de 1941, mais de dois (2) anos após a conclusão do inquérito e mais de sete (7) meses depois que recebeu ordem de retornar ao exercício da função. Nesse ofício, o Diretor-Geral do D.C.T. propunha a demissão do requerente por abandono, ressaltando que, não obstante julgado apto, o mesmo insistia em manter-se afastado do serviço, pretendendo, evidentemente, uma readaptação injustificável, visto como lhe faltava o pressuposto legal de incapacidade para o exercício da função.

9. Foi, então, que se teve a idéia de mandá-lo a novo exame médico, desta feita no Seção de Assistência Social do antigo Serviço do Pessoal do Ministério, onde, afinal, o médico atestou a sua incapacidade para as funções de Carteiro, por anomalia do aparelho locomotor.

10. Aqui cessam os efeitos do processo administrativo que, se tivesse produzido consequências, já houvera acarretado a demissão do requerente, em 10 de abril de 1941, quando o médico oficial atestou sua plena capacidade, jogando por terra as alegações com que pretendia justificar suas faltas. A decisão, entretanto, nunca foi proferida, pois que, inexplicavelmente protelada até êsse momento (mais de dois anos após o parecer da Comissão), é interceptada agora por uma questão nova: a idéia de readaptação do servidor. Portanto, não há que falar mais nesse in-

querito, que não chegou a surtir efeitos.

11. A idéia de readaptação também não vingou, em face das dificuldades então verificadas (fls. 142), cuja procedência não vem ao caso discutir, porque, como adiante se verá, não era mesmo cabível, por não existir o fundamento da incapacidade.

12. De fato, o mesmo opinante que encontrou dificuldades em proceder à readaptação do servidor em aprêço, terminou por sugerir sua aposentadoria por invalidez, com fundamento no art. 199 do Estatuto então vigente. Mas, para isto, a lei exigia que o exame fôsse feito por junta médica, como se vê:

“Art. 199. O funcionário que, em inspeção médica, fôr julgado inválido para o exercício da função, será aposentado, verificada a impossibilidade de sua readaptação.

.....
§ 3.º O laudo da junta médica deverá mencionar a natureza e a sede da doença ou lesão, declarando expressamente se o funcionário se encontra inválido para o exercício da função ou para o serviço público em geral”. (os grifos não são do original).

13. De acôrdo com a letra expressa do dispositivo transcrito, caso o paciente fôsse portador de anomalia capaz de acarretar incapacidade, a junta deveria:

a) mencionar a natureza e a sede da doença; e

b) declarar expressamente se o funcionário se encontrava inválido para o exercício da função ou para o serviço público em geral.

14. Entretanto, a junta médica declarou, simplesmente, que o servidor se achava em estado de “não invalidez” (fls. 144).

15. Desnecessário será dizer que êsse laudo substitui os anteriores, anulando-os. É a palavra de uma junta composta de 3 médicos, indicada por lei para dizer, em definitivo, sobre a saúde do servidor nas circunstâncias indicadas. Contra ela não prevalece o pare-

cer de médico singular. Se a junta o declarou em estado de não invalidez, e era a esta junta que a lei conferia poderes para tal, nada mais havia a fazer, juridicamente, senão aceitar a palavra da ciência e fazer o servidor reassumir a função.

16. Ao invés disso, todavia, voltou-se à situação anterior (fls. 152), de pura benevolência para com êle. Jogou-se, contra a palavra da Junta Médica, o parecer do médico que o havia examinado anteriormente, para, afinal, conceder-lhe aposentadoria com base nos termos amplos do art. 197, letra a, do Estatuto, que permitia aposentar: “os funcionários cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Presidente da República, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime”. (grifou-se).

17. Resumindo tudo que se disse até aqui, tem-se:

a) o interessado faltou ao serviço várias vêzes, chegando mesmo a passar 3 meses ausente, sem nada comunicar à repartição;

b) submetido a processo de abandono, não atendeu aos editais nem apresentou defesa em tempo útil, tendo a Comissão respectiva opinado por sua demissão;

c) em face das alegações posteriores do interessado, êsse processo foi, praticamente, desprezado, decorrendo mais 2 anos sem que o servidor voltasse à função;

d) submetido a exame pela Junta Médica do Serviço de Fiscalização da Medicina, foi considerado apto, donde não haver fundamento para readaptação ou aposentadoria por invalidez; e

e) nada obstante, teimava em não reassumir a função, sendo, por isso, aposentado com base no art. 197, letra a, do antigo Estatuto, por interpretação benevolente perfeitamente cabível nesse dispositivo.

18. O requerente aceitou essa aposentadoria, juridicamente perfeita e tanto estava conformado com ela que, além de não fazer uso da faculdade que lhe

concedia a Lei n.º 171, de 1947, de retornar, sem qualquer formalidade, ao serviço público, ainda fêz diversos requerimentos, a partir de maio de 1954 (fls. 160, 166 e 168), visando obter melhoria de proventos.

19. Como, porém, o Serviço de Biometria Médica, ao opinar sobre a nova moléstia por êle contraída, não a considerou entre aquelas especificadas em lei, caso em que o reajustamento de proventos encontraria apoio no art. 182, letra b, do atual Estatuto, insurge-se o requerente, agora, contra aquela aposentadoria concedida em 1942, pretendendo torná-la sem efeito.

20. Parte, entretanto, de premissa inteiramente falsa, isto é, pretende convencer que essa aposentadoria teve caráter punitivo e teria decorrido do processo administrativo a que respondeu em 1939. De modo que, pedindo revisão desse processo, com base no art. 233, do Estatuto, pensa que seria possível desfazer o ato de aposentadoria em questão.

21. Sua argumentação, entretanto, pôsto que brilhante, desgarrar-se, inteiramente, da realidade dos fatos e se perde numa nebulosa de sofismas, não oferecendo, por isso mesmo, nenhum elemento de convicção.

22. Também não procede a analogia que pretende estabelecer entre sua situação e a que foi examinada por êste Departamento, através do processo n.º 9.929-56 (*Diário Oficial*, de 11 de fevereiro de 1957). Ali se cogitou do pedido de reversão, com base no art. 68 do Estatuto, em face do qual se pode cogitar da insubsistência dos motivos da aposentadoria; aqui, está-se examinando pedido de revisão de um processo administrativo do qual nenhuma conclusão resultou para o interessado, de vez que não foi julgado. Sobre êste ponto, parece suficiente a demonstração que se fêz acima.

23. Aliás, o interessado já solicitou, também, reversão, com base no dispositivo citado. Mas foi considerado incapaz, em virtude de moléstia ultimamente adquirida.

24. Concluindo, entende esta Divisão haver demonstrado:

a) que o processo administrativo, cuja revisão o requerente pleiteia, nenhum efeito teve em sua vida funcional, pois não chegou, sequer, a ser julgado.

b) nenhuma relação existe entre êsse processo e sua aposentadoria, a qual não teve caráter punitivo, mas, ao contrário, representou uma benevolência, e

c) nada justifica a revisão daquele processo, pois nenhum benefício resultaria, para o requerente, como consequência dessa revisão.

25. À vista do exposto, esta Divisão opina pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal.

26. Todavia, para que não subsistam dúvidas sobre o ponto de vista dêste Departamento, seria conveniente, a respeito, o parecer do Consultor Jurídico.

D.P., em 19 de dezembro de 1958. — *Valdir dos Santos*, Diretor.

Ao Dr. Consultor Jurídico.

Em 22 de dezembro de 1958. — *João Guilherme de Aragão*, Diretor-Geral.

*

PARECER

I

A hipótese é de pedido de revisão de processo administrativo, com invocação do art. 233 do vigente Estatuto dos Funcionários (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952).

2. Trata-se de funcionário aposentado com fundamento no art. 197, alínea a, do antigo Estatuto dos Funcionários (Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939), que dispunha:

“Art. 197. Fora dos casos previstos no artigo anterior, poderão ser aposentados, independentemente de inspeção de saúde:

a) os funcionários cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Presidente da República, no interesse do serviço público, ou por conveniência do regime”.

3. Embora tenha a Lei n.º 171, de 15 de dezembro de 1947, permitido a re-

versão à atividade de todos os funcionários atingidos pelo dispositivo supra-transcrito, condicionando o ato tão-somente a requerimento do interessado, dentro em noventa dias da promulgação da lei (art. 1.º), não se valeu o suplicante desse direito, incorrendo, em consequência, em caducidade.

4. Pretende, agora, valer-se do disposto no art. 233 do atual diploma básico dos servidores públicos, sob a alegação de que o ato se revestira de caráter punitivo e se alicerçara em processo administrativo então instaurado.

5. A D. P. e a D. A. do Ministério da Viação e Obras Públicas manifestaram-se contrariamente ao pedido de revisão, sob o fundamento de que a aposentadoria não foi decorrente de processo administrativo instaurado.

6. No mesmo sentido é a opinião da D. P. deste Departamento, que, após minucioso histórico, concluiu por solicitar minha audiência sobre o assunto.

II

7. Preceitua o art. 233 (*caput*) do Estatuto dos Funcionários em vigor:

“A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão do processo administrativo de que resultou pena disciplinar, quando se aduzam fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente”.

8. A revisão que se assegura é, por conseguinte, “de processo administrativo de que resultou pena disciplinar”. Ora, não sendo a aposentadoria do requerente decretada em face das conclusões do processo administrativo, que, como o próprio interessado esclarece, fôra instaurado para apurar abandono de cargo, havendo sido tal processo, na expressão do suplicante, cancelado (fls. 189), não há falar em revisão.

9. A matéria estava abrangida pelas disposições da Lei n.º 171, de 1947, que fixava prazo de caducidade para o re-

querimento de reversão, independentemente de qualquer formalidade de mérito, iniciativa que não tomou o interessado.

10. Não sendo caso de revisão de processo administrativo, eis que êste fôra sobrestado em seu andamento, sem que se houvessem apurado os fatos que determinaram a sua instauração, a aposentadoria imposta com apoio no art. 197, alínea *a*, do Decreto-lei n.º 1.713, de 1939, só poderia ser reconsiderada em face da Lei n.º 171, de 1947, no prazo ali estatuído. Caducando êste, ficou definitivamente trancada qualquer revisão do ato.

11. A aposentadoria como penalidade, com assento no art. 197, alínea *a*, do Decreto-lei n.º 1.713, de 1939, era ato de arbítrio, para cuja reparação houve lei especial. Se não se valeu dela o suplicante, na ocasião oportuna, não pode vir, agora, pleitear a revisão do ato com invocação do art. 233 do Estatuto dos Funcionários em vigor, que pressupõe a existência de um processo administrativo, cujas conclusões importaram na aplicação de pena disciplinar, o que, como já suficientemente esclarecido, não é a hipótese.

12. A única via que resta ao interessado é a reversão nos termos do art. 68 do Estatuto dos Funcionários vigente, se o seu estado de saúde o permitir, o que, entretanto, não parece ser o caso, segundo se informa no processo.

13. Sou, em consequência, pelo indeferimento do pedido do suplicante.

É o meu parecer.

S. M. J.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1958. — *Clenício da Silva Duarte*, Consultor Jurídico.

De acôrdo.

Em 8 de janeiro de 1959. — *João Guilherme de Aragão*, Diretor-Geral.